

Programa visa reduzir adoecimento de bancários

Na Campanha deste ano, a mobilização nacional garantiu uma nova cláusula na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que visa reduzir as causas de adoecimentos de bancários. Trata-se do Programa de Desenvolvimento Organizacional para a Melhoria Contínua das Relações de Trabalho (cláusula 58ª). A adesão dos Bancos ao programa será através de Termo de Entendimento, a ser assinado em conjunto com os sindicatos.

Para o diretor de Saúde do Sin-

dicato, Gustavo Frias, “o programa vai abordar as condições de trabalho, a organização do trabalho nas agências e departamentos, com foco na diminuição, na redução das causas que adoecem o trabalhador bancário”. Inclusive o primeiro passo rumo a instalação do programa será dado no início do mês de dezembro, durante a mesa temática de saúde no dia 9. “Em maio de 2016, garante a CCT, será realizada uma reunião de acompanhamento das iniciativas já colo-

cadadas em prática. Cabe destacar que as COEs (Comissões de Organização dos Empregados) vão acompanhar a aplicação do programa para assegurar as melhorias”, esclarece Gustavo Frias.

Metas abusivas adoecem

As atuais condições de trabalho têm adoecido os bancários. Virou rotina a alta carga de serviços, em decorrência da falta de pessoas, e a constante exigência por mais vendas de produtos, pelo cumprimento de metas abusivas. “Para se ter

ideia da gravidade do problema, basta citar dados da Previdência Social: 18.671 bancários foram afastados do trabalho em 2013. Desse total, 5.042 afastamentos por transtornos mentais e comportamentais e 4.589 por LER/Dort. Sem contar os casos de subnotificação e os afastamentos inferiores a 15 dias. A saúde do bancário está em constante ameaça. É urgente mudar essa dinâmica dentro dos locais de trabalho”, avalia o diretor de Saúde do Sindicato.

DIREITO

BB desrespeita decisão judicial ao manter redução salarial da FG

Em petição ao desembargador Hélio Grasselli, da 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de Campinas (TRT), ingressada no último dia 10, o Sindicato informa que o Banco do Brasil ainda não suspendeu a redução aplicada sobre a remuneração global dos funcionários optantes das novas Funções Gratificadas (FG), conforme estabelece decisão publicada no último dia 25 de setembro. No documento, o Sindicato solicita o pagamento imediato das diferenças relativas à outubro passado e aplicação da multa diária por descumprimento, equivalente a R\$ 300,00 por funcionário envolvido.

A citada petição foi apresentada depois que BB ingressou embargos de declaração, no início de outubro, onde solicita esclarecimentos sobre a decisão do desembargador, que concedeu antecipação de tutela ao



20 de fevereiro de 2013: Dia de Luta

Sindicato. Em seu pedido, inclusive, o BB solicita prazo até a última sexta-feira (20) para cumprir a decisão. Segundo o Departamento Jurídico do Sindicato, os embargos do BB ainda não foram julgados.

Histórico

Em março deste ano, a 6ª Turma

do TRT Campinas proibiu o BB em reduzir os salários dos funcionários que migraram para as FGs. O Banco público apelou ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). O Sindicato ingressou embargos de declaração no TRT e conseguiu aplicação imediata da decisão.

O novo Plano de Funções de Confiança e de Funções Gratificadas foi implantado, unilateralmente, pelo Banco do Brasil no dia 28 de janeiro de 2013. As funções são definidas de acordo com a quantidade de horas trabalhadas por dia; no caso das funções gratificadas (FG), vinculadas à jornada de 6h por dia. Os funcionários que optaram pelas FGs tiveram redução salarial.

No julgamento do recurso do Sindicato, em março passado, TRT entendeu que a adequação da jornada do funcionário para o limite previsto em lei, 6 horas, não autoriza o BB a promover redução salarial porque a remuneração até então recebida correspondia, de direito, apenas à jornada legal de trabalho do bancário. Ou seja, 6h conforme prevê o artigo 224 da CLT. O novo plano impõe perda salarial de 16%.

Júlio César Costa

Agenda e calendário 2016: O Sindicato inicia a distribuição na primeira semana de dezembro.

A agenda e calendário são mimos exclusivos dos sindicalizados.

Assembleia discute e vota orçamento

O Sindicato realiza assembleia no próximo dia 3 de dezembro, às 18h30 na sede, para discutir e votar a Previsão Orçamentária para o ano de 2016. Participe.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campinas e Região convoca os senhores associados desta entidade para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no próximo dia **03 de dezembro de 2015**, às 18h00, em primeira convocação, caso não haja a presença mínima de 2/3 dos associados, em segunda convocação às 18h30, com qualquer número de associados presentes, à Rua Ferreira Penteado, 460, nesta cidade, com a seguinte Ordem do Dia:

a) Previsão orçamentária para o exercício de 2016.

Campinas, 23 de novembro de 2015

Jeferson Rubens Boava
Presidente

Edital publicado na edição do dia 23/11/2015 do jornal Correio Popular

Horário do Clube

Dezembro 2015

7 e 8: aberto.

9: fechado.

24 e 25: fechado.

26 e 27: aberto.

31: fechado.

Janeiro 2016

1º: fechado.

2 e 3/01: aberto.

Sindicato dos Bancários CUT
Campinas e Região

EXPEDIENTE - O BANCÁRIO - PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS

BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO

PRESIDENTE: JEFERSON RUBENS BOAVA

JORNALISTA RESPONSÁVEL: JAIR GIMENEZ

(MTB 13.683)

DIRETORA DE IMPRENSA: MARIA APARECIDA DA SILVA

IMPRESSÃO: GRÁFICA SANTA EDWIGES

SEDE: RUA FERREIRA PENTEADO, 460, CENTRO.

FONE.: (19) 3731-2688 - FAX: (19) 3234-5602

CLUBE: (19) 3251-3718

SUBSEDES: AMERICANA: (19) 3406-7869

AMPARO: (19) 3807-6164

MOGI GUAÇU: (19) 3841-3993

SJB VISTA: (19) 3622-3514

INTERNET: WWW.BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

E-MAIL: JORBANC@BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

TIRAGEM: 11.000 EXEMPLARES

FILIADO À FEEB SP-MS E CONTRAF-CUT

Sindicatos reivindicam taxas menores ao Santander

Os sindicatos reivindicaram taxa menores em empréstimo aos funcionários, durante reunião do Comitê de Relações Trabalhistas (CRT) do Santander, realizada no último dia 18, em São Paulo.

O diretor do Sindicato e integrante da Comissão de Organização dos Empregados (COE), Cristiano Meibach, inclusive, fez uma explanação sobre as taxas cobradas pelo Santander em crédito consignado, cheque especial e cartão de crédito. “As taxas do Santander são



Júlio César Costa

maiores que as praticadas para servidores públicos e superam a de outras instituições financeiras. O que é inaceitável. O Santander tem que rever essa política, visando a valorização dos funcionários”. O diretor do Sindicato, Marcelino José, também participou da reunião do CRT.

Ata no site

O Comitê debateu outros temas. A íntegra da ata da reunião será disponibilizada no site do Sindicato. **Fórum de Saúde:** reunião nesta quinta-feira, dia 26.

ESTATAIS AMEAÇADAS

Mobilização contra o PLS 555, em Brasília

Chamado estatuto das estatais foi tema de debate realizado no auditório Petrônio Portela, no Senado Federal, no último dia 12. Organizado pela Fenaes, o debate foi mais uma etapa da mobilização contra o Projeto de Lei do Senado (PLS) 555/2015, que cria a Lei de Responsabilidade das Estatais. O evento contou com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), da CSP Conlutas, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e da Federação Nacional dos Portuários.

Na opinião do presidente do Sindicato, **Jeferson Boava**, que participou do debate em Brasília, “o PLS 555 é uma grave ameaça às estatais; entre elas, a Caixa Federal e até o Banco do Brasil. Cabe aos trabalhadores impedir que o Senado aprove um projeto de lei que tem como objetivo destruir e não preservar e alavancar as empresas públicas. Cabe também aos trabalhadores promover o debate junto à sociedade”.

Para o diretor do Sindicato, **Carlos Augusto Silva** (Pipoca), que também participou do evento, o debate “foi incompleto porque os autores do projeto de lei, mesmo convidados, optaram em não discutir com os representantes dos trabalhadores. Curiosamente participaram de debate sobre o tema com

empresários. O que mostra com quais interesses estão alinhados. Lamentável”.

Na abertura do debate, o presidente da Fenaes, **Jair Pedro Ferreira**, destacou que a mobilização dos trabalhadores deu um grande passo em setembro último, quando conseguiu adiar a votação do PLS 555 em regime de urgência. “É preciso, no entanto, intensificar os esforços contra a proposta”.

Luiz Alberto dos Santos, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, fez uma radiografia do PLS 555: “O projeto tem vários problemas. Um deles é que é de autoria do Congresso Nacional. Segundo a Constituição, são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública. A proposta também tem definições muito superficiais sobre a função social das estatais e limitações excessivas quanto aos tipos societários”, explicou.

Maria Rita Serrano, representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa, rebateu o argumento de que o problema das empresas públicas é de governança. “Estão usando de oportunismo para reintroduzir o modelo do Estado Mínimo. O que dizer dos escândalos de repercussão internacional do HSBC? E da Volks? Lamentamos que o deputado Arthur Maia e o senador Tasso Jereissati não estejam aqui para debater com

os trabalhadores, mas debateram com empresários. Se não houver mobilização, o projeto vai passar, pois temos um Congresso conservador, grandes interesses do capital e a convivência forte da mídia”.

Luta continua

Os trabalhadores de empresas públicas têm intensificado a mobilização para impedir a aprovação do PLS 555. No dia 21 de setembro passado, a Fenaes promoveu o ato em Defesa das Estatais. No dia seguinte, o projeto foi debatido em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Já no dia 23 de outubro, representantes dos trabalhadores se reuniram com o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, em São Paulo (SP). Na semana passada, mais especificamente no dia 12, representantes dos trabalhadores se reuniram com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

Histórico - O PLS 555/2015, que institui a Lei de Responsabilidade das Estatais, foi criado por comissão mista presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Tem 94 artigos e incorpora propostas que já se encontravam em tramitação no Senado, como o substitutivo ao PLS 167/2015, do próprio Jereissati, o PLS 343/2015, de Aécio Neves (PSDB-MG) e o anteprojeto apresentado pelos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros.

Fonte: Fenaes Net

Sindicatos e BB debatem Cassi

Guina Ferraz



Na retomada da mesa de negociação sobre a Cassi, no último dia 19, as entidades representativas dos funcionários do Banco do Brasil, reafirmaram os consensos produzidos nos acordos da Campanha Nacional dos Bancários 2015. Entre eles, o investimento no modelo de Atenção Integral à Saúde através da Estratégia Saúde da Família; o princípio da solidariedade como uma premissa fundamental do plano de associados; a garantia de cobertura para ativos, aposentados, dependentes e pensionistas; e, ainda,

corresponsabilidade entre BB e associados. O presidente do Sindicato, Jeferson Boava, participou da reunião realizada em Brasília.

Quando à proposta apresentada pelo BB, as entidades representativas dos funcionários destacaram as divergências relativas à constituição de um fundo para o pagamento do compromisso pós-laboral. As entidades propuseram o estabelecimento de um cronograma de negociações mais intensivo e que sejam apresentadas novas propostas para ser discutidas, tanto no âmbito da

sustentabilidade de longo prazo, quanto em questões financeiras emergenciais, garantindo atendimento a todos os associados.

Os representantes dos funcionários afirmaram ainda que o processo negocial é positivo, visto que na mesa são produzidas formulações; inclusive viabilizando soluções emergenciais, além de promover o debate junto aos funcionários. A próxima reunião está agendada para o dia 3 de dezembro na sede do BB, em Brasília.

Fonte: Contraf-CUT

CAMPANHA

Sindicatos e financeiras assinam acordo

Os sindicatos e a Federação Interstadual de Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Fenacrefi) assinaram no último dia 17, em São Paulo, o acordo coletivo negociado no último dia 4 e aprovado pelos financiários em assembleia realizada no último dia 12, na sede do Sindicato.

Entre outros pontos, o novo acor-

do prevê reajuste de **8,88%** sobre salários, PLR e pisos, que repõe a inflação registrada entre junho de 2014 a maio de 2015 (8,76%), e **12,84%** sobre os vales refeição, alimentação e 13ª cesta alimentação.

O acordo com as financeiras contempla também a criação de grupos de trabalho para discutir PLR e terceirização. A data-base dos fi-

nanciários é 1º de junho.

Pagamento da PLR

Regra: 90% do salário base mais verbas fixas. **Valor fixo:** R\$ 2.300,26.

Teto: R\$ 10.977,76. **Parcela adicional:** 20% do valor fixo.

Pagamento da primeira parcela: 60% em até 10 dias úteis após a assinatura; ou seja, **1º de dezembro**.

AMERICANA

Subsede participa do Natal da Apam

Pelo décimo quarto ano consecutivo, a subsede do sindicato em Americana participa do **Natal Feliz** promovido pela APAM (Associação de Promoção ao Menor de Americana). As sacolinhas (17

meninos e 13 meninas) já estão disponíveis, aguardando madrinhas/padrinhos.

O prazo para devolução das sacolinhas na subsede é **11 de dezembro**. Os interessados devem

entrar em contato com o diretor regional José Carlos. Fone: (19) 99883-7560; ou na subsede: (19) 3406-7869.

As sacolinhas serão entregues às crianças no dia 16.

INSS Inapto para o trabalho recebe alta

Pergunta: Depois de dois anos afastado pelo INSS, o perito deu alta, mesmo com o meu médico informando que ainda estou inapto para o trabalho. Fiz o pedido de reconsideração sendo mantido o indeferimento do meu benefício. Como devo proceder?

Resposta: A perícia realizada pelo perito do INSS é o resultado final no âmbito administrativo, mas não quer dizer que seja a resposta definitiva para o segurado. Prevê o artigo 59 da lei 8213/1991: o auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

Caso o médico de sua confiança e que lhe acompanha assegure que permanece incapacitado para o trabalho, mesmo o perito do INSS contrarie tal posicionamento, é possível através de ação judicial, requerer a manutenção do benefício auxílio-doença ou auxílio-doença acidentário (caso a doença/lesão tenha nexos com as atividades profissionais), inclusive com o pagamento dos valores em atraso, isto é, desde o indeferimento do benefício, até o efetivo pagamento.

Como se trata de prestações de caráter alimentar, bem como de inaptidão para o trabalho, é possível elaborar pedido liminar para a manutenção dos benefícios.

Ainda, caso constatado em perícia judicial que o segurado possua uma limitação parcial e permanente para o exercício de suas atividades, poderá o beneficiário pleitear o benefício auxílio-acidente previsto no artigo 86 da mesma lei que prevê: O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário de benefício e será devido, observado o disposto no § 5º, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

Importante esclarecer que tal benefício só será devido após a alta do benefício auxílio-doença ou auxílio-doença acidentário, ou seja, quando o beneficiário retornar a suas atividades laborativas com a devida readaptação em razão de suas limitações.

Thiago Sabbag Mendes,
advogado do Departamento
Jurídico do Sindicato

Após paralisação em Cabreúva, Bradesco concorda em abrir CAT para sequestrada

Após o Sindicato coordenar paralisação dos serviços na agência de Cabreúva, no bairro do Jacaré, na manhã do último dia 19, atrasando em uma hora o atendimento ao público, o Bradesco concordou em abrir Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) para uma bancária sequestrada no dia 1º de outubro passado. “É muito descaso. Não bastasse a violência do sequestro, o Bradesco não se preocupou em emitir a CAT, não se preocupou com a saúde da bancária. Não restou alternativa ao Sindicato que não fosse a paralisação dos



Denny Cesare

serviços”, destaca o diretor de Saúde do Sindicato, Gustavo Frias. Se-

gundo ele, a CAT é um documento previsto na CLT (Consolidação das

Leis do Trabalho) que registra a doença ou acidente de trabalho. “A emissão da CAT é dever do empregador e um direito do trabalhador”.

Para o diretor do Sindicato, Eduardo Gomez, que visita semanalmente a região de Cabreúva, o Bradesco insiste em desprezar a legislação no que se refere a acidente de trabalho. “A paralisação surtiu o efeito desejado. Uma vitória. Afinal, a área de Recursos Humanos entrou em contato com o Sindicato e assumiu compromisso em abrir a CAT”.

CULTURA

Cheque Teatro: venda no Sindicato

Já está à venda o Cheque Teatro, um voucher cultural. Exclusivo para sindicalizado, o talão com 12 cupons para peças de teatro em São Paulo custa apenas R\$ 50,00; o preço normal é R\$ 210,00. E mais: para acompanhante, desconto de

20% a 50%.

Para adquirir o Cheque Teatro, o sindicalizado pode solicitar ao diretor que visita sua agência ou comprar direto na tesouraria do Sindicato.

Caso queira pagar com o cartão

Vale-Cultura, é necessário adquirir no mínimo cinco talões. Nesta situação, o sindicalizado deve entrar em contato com o diretor Eduardo Gomez. Fone: (19) 99712-9527.

Cartão Vale Mais – Ao adquirir o Cheque Teatro, o sindicalizado re-

cebe como cortesia um Cartão Vale Mais, que possibilita descontos em parques temáticos, pousadas, hotéis e colônias.

Programação – Acesse o site www.chequeteatro.com.br e confira a programação teatral.

FESTA DA CRIANÇA NO CLUBE

28 DE NOVEMBRO DE 2015 SÁBADO 10H ÀS 16H

CLUBE DOS BANCÁRIOS:
RUA NAZARÉ PAULISTA, 858,
JARDIM DAS PAINEIRAS, CAMPINAS, SP.
FONE: (19) 3251-3718

13H
TEATRO
COM WAGNER KAMPINAS

PEÇA: CHEGA DE MEIO AMBIENTE,
O QUEREMOS POR INTEIRO

BOLHA FLUTUANTE, CAMA ELÁSTICA, PISCINA DE BOLINHA, BALÃO PULA PULA

DISTRIBUIÇÃO DE SORVETE, PIPOCA E ALGODÃO DOCE